

ANTÓNIO GOMES DA COSTA

**A COMUNIDADE PORTUGUESA
NO
BRASIL**

**PALESTRA PRONUNCIADA NA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
29. Maio. 2000**

**LISBOA
2000**



Hist. Brasil

Podemos dizer que desde a conquista de Ceuta, em 1415, e da fixação dos primeiros colonos na ilha da Madeira, até às últimas décadas deste século, a emigração foi um dos traços mais importantes e inexoráveis da vida e da política portuguesa. Na época colonial, sob o controle do Estado, a saída de homens para as praças do comércio do Índico, ou para as terras do "novo mundo", aumentava conforme o desejo da aventura, as crises internas e, sobretudo, a necessidade de conseguir melhores condições de sobrevivência. Como escreveu Oliveira Martins, a emigração era o barômetro da vida nacional marcando as suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano. Vez por outra, também influíram motivos religiosos, pois, contrariamente ao que ocorreu em Castela, onde, no século XVI, somente era permitida a emigração para as Índias aos que pudessem provar a "limpeza do sangue", isto é, aos não descendentes de judeus convertidos, de mouros ou de ciganos, bem como aos que não tivessem sido declarados culpados pelo Santo Ofício da Inquisição, em Portugal, já nas primeiras levas de imigrantes para o Brasil é possível encontrar dezenas de "cristãos novos", que estavam na mira dos tribunais eclesiásticos. No século XVII a Coroa, face ao excedente demográfico que se verificava no arquipélago dos Açores, estimulou a saída de 200 famílias e durante o século

seguinte, no auge da exploração do ouro de Minas Gerais, com o país tendo uma população de cerca de 2 milhões de habitantes, calcula-se que 20% - ou seja 400.000 pessoas - embarcaram rumo ao Brasil. São os "mineiros", que começam a definir o tipo social do "brasileiro" na segunda metade do século XIX e do "francês" dos nossos dias, observa Joel Serrão.

Mas é também nessa altura, com o novo esvaziamento da população de certas regiões do país, lembremo-nos de que já Garcia Resende, Sá Miranda e João de Barros davam o alarme - "vemos no reino meter tantos cativos crescer e irem-se os naturais", que as autoridades começam a tomar medidas restritivas à saída de braços e a "proibir que passe para as capitanias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em estado que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos povos...", conforme se lê num dos atos legislativos da época. E em 1732 o Conselho Ultramarino adverte: "por este modo se despovoará o Reino."

Com a independência do Brasil, em 1822, e das colônias espanholas, operam-se grandes transformações nas correntes migratórias da Europa para a América Latina. Primeiro, porque houve, como era óbvio, uma mudança radical em relação às políticas seguidas pela Espanha e por Portugal. Se antes essas políticas, para restringir ou para fomentar os fluxos de mão de obra, levavam em conta principalmente os interesses das metrópoles, - não obstante o ato de emigrar fosse, quase sempre, uma decisão individual - a partir do momento em que se dá a emancipação política das colônias os

governos dos novos países passaram a decidir sobre o ingresso de estrangeiros em função exclusiva dos interesses nacionais. Já não era Lisboa, nem Madrid, nem Sevilha que elaboravam e ditavam as regras do processo. Depois, foram-se criando legislações favoráveis e estimulantes para a entrada desses estrangeiros - legislações essas que não abrangiam apenas os imigrantes ibéricos, como acontecia no período colonial: no Brasil, logo após a chegada de D. João VI, em 1810, e, portanto, antes da Independência, já era permitido que os cidadãos de qualquer procedência, desde que naturalizados, fossem donos de propriedades e o mesmo aconteceu em 1812 nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Com essa permissão procurava-se atrair os que viam na posse de um pedaço de terra um fator de formação social. A última restrição a cair, por força das pressões dos protestantes estabelecidos no novo mundo e graças também aos movimentos liberais, cada vez mais dinâmicos, foi a de exigir dos imigrantes que professassem a religião católica e romana.

Com o objetivo de suprir a falta de trabalhadores nas plantações agrícolas e, mais tarde, para substituir a mão de obra escrava, com a escalada progressiva para a sua libertação - no Brasil, tivemos a lei do "ventre livre", depois a lei "dos sexagenários" e finalmente a "lei áurea" - abrem-se as fronteiras para atrair os imigrantes de outras origens. No início do século XIX, alguns governos - o Imperador Pedro I, por exemplo, estimulou a entrada de alemães para o Rio Grande do Sul - criaram projetos de colonização de terras, com a vinda de vários povos europeus, embora deva dizer-se que essas experiências nem sempre foram bem sucedidas. Mesmo assim, calcula-se que

entre 1816 e 1850 cerca de 200.000 europeus tenham emigrado para o Brasil, Argentina e Uruguai.

É, no entanto, a partir da 2ª metade do século passado que a emigração portuguesa ganha características novas e diferentes da emigração anterior: de um lado, como observa Míriam Halpern Pereira, o modelo de desenvolvimento econômico oitocentista não permite a absorção do excedente demográfico, gera o desemprego e o sub-emprego, e leva a recorrer à emigração, já não mais dentro do formato imperial - metrópole e colônias - mas como consequência das distorções intrínsecas do sistema capitalista; do outro, o desaparecimento do tráfico negreiro e, numa segunda fase, da própria escravatura, fizeram com que o Brasil estimulasse a emigração transatlântica e criou-se, então, uma teia gigantesca de recrutamento, de que faziam parte engajadores que atuavam nas províncias do norte e nordeste para aliciar os jovens mais fortes e robustos com os mitos do enriquecimento fácil e do retorno certo.

Portugal, naquela altura, atravessava um período muito complicado. A economia estagnava e a sociedade mostrava-se refratária ao progresso e às mudanças. Não adiantavam as críticas demolidoras e cortantes dos "vencidos da vida" preconizando reformas urgentes. As colônias, em África, estavam ameaçadas pela ambição das grandes potências da Europa. A Conferência de Berlim, o Ultimato inglês, a tentativa frustrada do "mapa cor de rosa", os escândalos do tabaco, os déficits da Coroa, a propaganda do partido republicano, os ultrajes de fóra e o desânimo de dentro, a pobreza a agravar-se

e o desemprego a aumentar, a carestia de vida e a excessiva fragmentação das terras, tudo isso transformava o país numa "choldra", como rugia o personagem queirosiano, ou, então, levava ao resposo dramático do "Finis Patria" de Guerra Junqueiro. Há uma terrível dissolução de valores, faltava coragem para abrir o país às idéias novas que arejavam outras sociedades mais desenvolvidas - e o tricentenário da morte de Camões servia de pretexto para os "cortejos do bacalhau" organizados na baixa lisboeta e que serviam de mote para a sátira e o bota-abaixo.

É nesse cenário perturbador e decadente, de marasmo e de pobreza, que vai ganhando importância cada vez maior a emigração para o Brasil. Primeiro, porque é através dela que se absorve o excedente de mão de obra resultante do atraso no desenvolvimento industrial e na estrutura agrária obsoleta. Em cada década são de 220.000 a 250.000 portugueses que saem legalmente e não se sabe ao certo quantos eram os clandestinos que também procuravam, todos os anos, terras de Vera Cruz, para fugir do pão escasso e arriscar a sorte. Depois, porque é graças às remessas dessa emigração (que andava pelos 90% da emigração total) que o país pagava as contas e aguentava o câmbio, como diria Oliveira Martins. É contando com o dinheiro do Brasil que o Estado emite títulos da dívida pública e cobre os desequilíbrios do orçamento; é com essas transferências que se promove a construção civil e financia a compra de casas e de quintas nas aldeias do Minho, das Beiras e de Trás-os-Montes.

Talvez em nenhuma outra época da História o emigrante tenha desempenhado e assumido, ao mesmo tempo, no país de origem e no país de

destino, um papel tão importante. No Brasil, a avalanche de trabalhadores portugueses não só vai substituir a mão de obra escrava nos engenhos e fazendas do interior, mas também passa a exercer um forte impulso no crescimento global do país e a ganhar preponderância nunca vista em alguns setores da economia: é na mão dos portugueses que está uma grande parte do comércio de atacado e varejo; são deles as primeiras tentativas para a criação de casas comissárias para exportação, da banca e de seguros; são eles que dominam a distribuição de alimentos e de tecidos; é ao seu pioneirismo que se deve a fundação de povoações e a abertura de rotas de mercância pelos diversos Estados, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e não é pequeno o seu peso na estrutura demográfica e social das grandes cidades. Basta dizer que ao dobrar o final do século XIX cerca de 10% da população do Rio de Janeiro era de portugueses e em Santos, na mesma altura, a proporção era de 40%. E se a estatística fosse feita levando-se em conta a condição de "proprietários" ou em termos de nível de renda - e muitos dos que labutavam no comércio ficavam ricos, o que não acontecia com os que tinham parceria ou meação no café ou no açúcar - decerto que se explicaria melhor a existência e a dimensão de certos movimentos anti-portugueses que vingaram naquela altura, menos por força do jacobinismo da República positivista e mais porque o poder econômico era exercido nos grandes centros por uma faixa da colônia.

Mas se no Brasil o emigrante desempenhou um papel verdadeiramente notável, e de empreendedor incansável, sobretudo nalgumas regiões, também em Portugal, no período que vai de 1870 a 1930, a

contribuição do “brasileiro”, em vários domínios - desde a situação cambial ao investimento em propriedades, desde as escolas e fábricas à filantropia espalhada nas aldeias das províncias - pode ser considerado como a causa principal para o país não submergir no caos e na falência.

Ainda está por se fazer o levantamento do que Portugal deve ao “brasileiro”: as libras esterlinas, as doações que fez, as casas que mandou construir, os teres e haveres que acumulou e transferiu, os parentes e amigos que chamou para trabalhar a seu lado em terras de Vera Cruz - tudo isso, ao correr de várias gerações e sem nada exigir do Estado, nem ao menos melhor assistência consular ou que disponibilizasse no Orçamento uma verba maior para os repatriamentos dos que sucumbiam em terra alheia perante a doença e os azares da sorte.

Ao lado do mito da fortuna fácil - o Brasil, no imaginário coletivo, era a árvore das patacas - a literatura do século XIX, de Júlio Dinis a Camilo ou a Eça de Queirós, prefere retratar o tipo do “brasileiro” torna-viagem sob o aspecto ridículo e caricato, homem sem princípios morais e sem instrução, traído pela mulher e entupido pela vaidade, de pele queimada pelo sol, de joanetes crescidos e anéis nos dedos, a tomar o comboio em Santa Apolónia carregando as malas fechadas com barbante e a não reconhecer, quando chega ao lugar onde nasceu, o ancinho e a enxó dos tempos de infância, para se dar ares de fidalgo e de burguês endinheirado.

Se o emigrante português foi importante nos dois países, também, em ambos, foi vítima da caricatura e da anedota, da diatribe e da galhofa, da

sátira e do humor. No Brasil era o "burro sem rabo", das feiras e armazens ou era o galego, de bigodes e avental, atrás do balcão do botequim; em Portugal, era o novo rico abastado e lorpa, que ostentava no dedo o anel de ouro de S. Jorge e no peito a roseta da condecoração real. Preferiu-se a troça e a gargalhada, à apologia do trabalho e da luta daqueles que um dia deixaram a sua terra, às vezes ainda crianças, (uma das razões era para fugir ao serviço militar), onde não tinham oportunidades nem futuro, para arriscar a sorte lá fóra e construir verdadeiros "impérios" - e o que é mais admirável, sem esquecer, com o fruto da vitória nas mãos ou com o amargo da derrota e do fracasso, a pátria de berço.

Existe ainda uma outra característica do português do Brasil - que será seguida mais tarde em quase todos os países da Diáspora - que apesar de sua dimensão e de seu significado é muitas vezes esquecida, ou mal avaliada. Referimo-nos às centenas de associações criadas pelos emigrantes portugueses, que se por um lado surgiram e se desenvolveram para atender determinadas necessidades desses emigrantes e de suas famílias, por outro, passaram a ser células vivas da portugalidade nos países de acolhimento.

Sob o prisma do associativismo, a obra realizada por eles no Brasil não tem paralelo. Nenhum outro povo, ao longo de sua peregrinação pelo mundo, fez algo semelhante: nem judeus, nem italianos, nem árabes, nem espanhóis, nem britânicos, nem japoneses, nem holandeses, nem franceses.

Quinze anos depois de proclamada a Independência do Brasil, em 1837, é criado no Rio de Janeiro o "Gabinete Português de Leitura", com a

finalidade de melhorar os conhecimentos e o nível de instrução de seus associados. Três anos depois, em 1840, surge a primeira "Beneficência" para prestar assistência, nos dias de doença ou de abandono, a todos os que precisam; a seguir, é criado o "Liceu" para ensinar a ler e escrever; vêm as "caixas de socorros mútuos", os clubes, os Grêmios, as Casas de Portugal, as Obras de Assistência e mais tarde as casas regionais - do Minho e de Trás-os-Montes, das Beiras e dos Açores, do Porto e da Vila da Feira, da Póvoa e de Vizeu, de Arouca e de Espinho, das Beiras e da Madeira, onde se cultuam costumes e tradições populares e religiosas e se reúnem as famílias oriundas desses lugares.

São essas associações, espalhadas por todo o Brasil, que vão suprir a inércia e a incapacidade do Estado português em prestar qualquer tipo de ajuda à "nação peregrina", como a denominava mestre Adriano Moreira. Quando alguém batia à porta dos consulados para ser repatriado, curtido pela doença ou a passar fome na miséria - era para essas entidades que os consulados mandavam os infelizes. Quando os emigrantes precisavam tratar-se das doenças ou de uma pensão para sobreviver; quando as viúvas e os órfãos ficavam no abandono; quando não havia escolas, nem asilos, nem educandários - eram as associações que atendiam a todos esses dramas e problemas sociais. E continuam a fazê-lo até hoje, inálgrado o aparecimento da previdência social e a saúde e o ensino serem obrigação dos Estados. Mas em termos de ação governamental não há muita diferença entre "as bestas que invectivavam contra os Gabinetes de Leitura onde se tomava à noite ciência e

gasosas”, como escrevia Camilo Castelo Branco, e a posição de alguns políticos de nossos dias que não se importam com a crise perversa de um hospital ligado à comunidade, situado em terra alheia, mas fazem questão de pedir votos para o partido.

Decerto que as grandes empresas ou grupos econômicos que tiveram na sua origem o espírito empreendedor e o trabalho de um emigrante português irão desaparecer, como tantas outras já desapareceram, acompanhando o ciclo vital de seus fundadores. Ou, se algumas não desaparecerem, irão perder progressivamente as marcas e o tônus da portugalidade. Isso é inevitável. Quem se lembra hoje, ao analisar o balanço do maior grupo industrial brasileiro, que no seu berço esteve a ousadia e o talento empresarial de um português? Essa é uma tendência contra a qual não vale a pena lutar. E não vai ser por aí que perdurará a memória do emigrante lusitano, que economizou e investiu com sucesso, como não vai ser também pela arquitetura dos bairros urbanos que serão lembrados os artífices que vieram do outro lado do Atlântico e no Brasil, anonimamente, como carpinteiros ou pintores, calceteiros ou estucadores, deram uma fisionomia tão portuguesa a tantas cidades.

No entanto, esse “apagamento” não ocorrerá com as instituições de origem portuguesa. Deixando de fóra as de carácter religioso, como as irmandades e confrarias, que vão passando cada vez mais para o âmbito da Igreja, as outras, integradas na sociedade civil, continuarão, independentemente da presença ou não de portugueses, a ser focos de uma cultura e a expressão da maneira de ser de um povo.

Já se conseguiu fazer a passagem do testemunho sem que se alienasse ou perdesse o traçado individualizante. Um "Gabinete de Leitura" pode não ter em breve um único português nos seus quadros, mas nem por isso deixará de continuar como centro difusor da cultura portuguesa.

Vai ser sempre uma biblioteca aberta ao público com as obras principais da Literatura e do vernáculo. O traçado néo-manuelino de sua fachada evocará a epopeia quinhentista. As estátuas de Camões, do Infante D. Henrique, de Vasco da Gama ou de Pedro Álvares Cabral nunca serão mutiladas ou destruídas. O "altar da Pátria", permanecerá como símbolo de um Portugal que não pode desaparecer do Brasil. No seu "centro de estudos" tratar-se-á sempre da Língua, da Cultura, das Artes e do Pensamento português.

Da mesma forma as "Beneficências", por mais que se distanciem dos seus objetivos iniciais, dentro de um mundo em que a medicina já não pode depender de práticas de filantropia e de solidariedade, continuarão a ser, por séculos afóra, a expressão dos sentimentos cristãos de um povo. Permanecerão sempre "Beneficências Portuguesas" sob a proteção de S. João de Deus. E de igual modo, os clubes desportivos e sociais, as Casas de Portugal, os Liceus, etc. estão predestinados a continuar como autênticas matrizes de portugalidade. Desaparecerá o último emigrante - mas ficarão ainda por muito tempo esses patrimônios associativos a lembrar a doação e a benemerência dos que os constituíram, ampliaram e enriqueceram.

A título de conclusão, diríamos que a emigração portuguesa para a América Latina - e tratamos nestes apontamentos quase só da do Brasil, mas a

da Venezuela também foi importante, sobretudo a partir dos anos 50, como foi importante a da Argentina, muito mais antiga, e a do Uruguai - essa emigração, repetimos, teve, tanto para Portugal como os países receptores, consequências marcantes e profundas.

Para Portugal porque a saída de homens do país - a exportação de mão de obra - foi sempre a válvula de escape para as pressões demográficas, para o desemprego e para a pobreza e o atraso que, principalmente a partir da primeira metade do século XIX, atingiram índices deprimentes. Mas não fica nisso o efeito da emigração. As remessas dos emigrantes transformaram-se num item importante do balanço de pagamentos, tanto que os governos começaram a estimulá-las, depois dos rapapés e dos títulos honoríficos, concedidos pela monarquia e pelo Estado Novo, com benefícios fiscais, isenção do imposto de siza, taxas de juros beneficiadas, etc. Se nas primeiras décadas do século era o dinheiro dos "brasileiros" que irrigava a economia portuguesa, nos anos 60, com o surto da emigração para a Europa, legal e "a salto", o volume das transferências anuais chegou a representar mais de 50% do total das divisas obtidas pelas exportações do país.

Por seu turno, para os países receptores, não há dúvida que a emigração portuguesa constituiu-se numa componente eficaz para o seu desenvolvimento. Mesmo não se tratando de uma mão de obra especializada, esses países beneficiaram-se com o trabalho, o espírito de luta e a vontade de vencer dos emigrantes que se por um lado estavam dispostos a subir na escala social e eram capazes de enfrentar todas as intempéries e adversidades, por

outro, sabiam entregar-se por inteiro à pátria que os acolhia. Primeiro, foi substituindo a mão de obra escrava nos engenhos de açúcar ou nas fazendas de café; depois foi no comércio e nos serviços, na construção civil, nos mercados e nas feiras - o português fez de tudo e meteu-se por todos os cantos. Muitos, afortunados, construíram grandes empresas e acumularam fortunas; muitos mais, com menos sorte, perderam-se em infernos de pobreza. Mas todos deixaram marcas de seu carácter e dos valores da portugalidade.

A.Gomes da Costa

Palestra pronunciada em 29.5.2000

Na Universidade Técnica de Lisboa.